

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA: ALGUMAS REFLEXÕES

Célia Santana Silva¹

cessilva@uneb.br

O texto pontua algumas reflexões resultantes de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida nos Colégios da rede pública de Eunápolis/ Bahia. A partir de entrevistas com professores das escolas que oferecem a EJA, a saber: Colegio Baden Powell, Armando Ribeiro Carneiro e Humberto de Campos, os dois primeiros são da rede estadual da Bahia e o último da rede municipal consideramos alguns elementos relevantes sobre a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino de História. O primeiro Colégio foi escolhido por ser a Unidade de Ensino onde eu atuava como professora, o segundo por ser uma escola localizada na região central e por isso aglutina alunos de diversas localidades, e é um colégio de médio porte que funciona no turno noturno com apenas a modalidade EJA, por fim, o Humberto de Campos foi selecionado por fazer parte da rede municipal, que possui uma coordenação específica para a referida modalidade de ensino. Dessa maneira, poderei comparar o funcionamento da modalidade em duas redes que possuem organizações distintas. Buscou-se conhecer, analisar e perceber a partir das reflexões sobre as complexidades e especificidades relativas ao ensino e aprendizagem no campo da História, e da História da Educação, como esses professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos, a quem cabe a tarefa de conduzir os alunos a uma aprendizagem efetiva, compreendem e manipulam os conceitos históricos tal como aparecem na educação formal? Como esses professores, especificamente que atuam na área de Ciências Humanas, organizam o conhecimento histórico? Ensinar história é mero desdobramento de

¹ Professora da Universidade do Estado da Bahia, *campus* XVIII/Eunápolis.

atividades inerentes ao ofício do historiador que implicam o “domínio de conteúdos que são objeto de ensino e técnicas de transmissão destes conhecimentos para os diferentes níveis de ensino como consta nas diretrizes curriculares para o curso de História”? Que relações se estabelecem entre a visão de História, passado desses professores e as diferentes formas de explicação histórica? Quais as bases fundamentais que organizam o conhecimento histórico e como eles constroem sua prática pedagógica?

No segundo momento, a pesquisa busca compreender e analisar a relação entre as Orientações Curriculares para o Ensino Médio- Ciências Humanas e suas Tecnologias, artigo 22: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos superiores”². Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio estabelecem “vincular a educação com o mundo do trabalho e a prática social, consolidando a preparação para o exercício da cidadania e propiciando preparação básica para o trabalho”³. Desse modo, voltamo-nos, sobretudo, para uma perspectiva de discutir o currículo dos Tempos Formativos, correspondente ao Tempo de Aprender a Ser, Conviver e Fazer. Utilizando-se das categorias históricas: tempo histórico, trabalho, cidadania, conhecimento e poder, dentre outras, mas todas elas previamente elencadas no documento base da EJA. Ressaltamos que alguns especialistas do ensino de história defendem a utilização de conceitos neste ensino, pois a definição dos mesmos indicia a concepção de história do professor. Enfatizamos a utilização desses conceitos é fundamental para a construção da cidadania, além dos citados destacamos também o sujeito histórico, cultura, processo histórico, gênero, sexualidade, meio ambiente⁴.

Após a escolha das escolas, efetuamos o processo de observação do funcionamento das unidades de Ensino, bem como se dá o processo de elaboração/efetivação

² BRASIL. Secretaria de Educação Média. “*COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS PARA A LICENCIATURA*”. In: **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de História**. Brasília. MEC/INEP Parecer CNE/CSE 492/2001.p. 66

³ Idem, pp.66-67.

⁴ BEZERRA, Holien G. “Conceitos Básicos, Ensino de história: Conteúdos e conceitos básicos”. In: **Historia na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. Org.KARNAL, Leandro. São Paulo: Contexto, 2010. pp. 37-48. PINSKY, Carla B. **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2009.

das propostas de Ensino da Educação para Jovens e Adultos, enfatizamos que cada escola possui apenas um educador para a área de história na modalidade EJA. Essas entrevistas foram analisadas, ponderamos o discurso desses professores. Além dos professores, também buscamos informações dos alunos, através da análise dos questionários elaborados pela rede estadual de ensino. Até o momento aplicamos questionário apenas aos alunos do Colégio Baden Powell, eram três turmas, e selecionamos cinco alunos de cada turma. Também utilizamos como fonte a matriz curricular – 3^a Tempo formativo, as fichas avaliativas produzidas pela Secretaria Estadual da Educação da Bahia, por fim também uma espécie de caderno produzido pela UNEB para os professores do EJA intitulado: EJA, Educação de Jovens e Adultos, Aprendizagem ao Longo da Vida. Nessa espécie de caderno tem cinco módulos que possui fichas avaliativas, artigos, proposta pedagógica e o modelo curricular da EJA⁵.

Através da análise dos dados, identificamos as dificuldades de inserção de tais categorias históricas e suas relações com os conteúdos de História por parte dos docentes da modalidade em pauta. Esses não estão preparados para trabalhar a partir dos eixos temáticos. Constata-se que os docentes não articulam suas aulas à organização desses eixos, pois não entendem que na modalidade de Educação de Jovens e Adultos a perspectiva é de área de conhecimento e não mais a disciplinar. Dificultando assim, o objetivo maior das orientações curriculares que é preparar o educando para a vida, para o exercício da cidadania e qualificação no mundo do trabalho. Ainda podemos inferir acerca das dificuldades de compreensão dos alunos em relação à disciplina História, apresentada a partir desses eixos que à primeira vista, quando surge no cenário da aula é de forma atemporal e deslocada dos conteúdos.

Percebemos assim que há um descompasso entre os cursos de formação dos professores com a efetiva prática de ensino. De acordo com Oliveira (2011), “... o debate

⁵ Bahia. Secretaria da Educação. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Aprendizagem ao Longo da Vida.** Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica. Governo da Bahia, 2008.2. Este livro é fruto de um evento realizado para a formação dos professores do EJA.

deverá realizar-se de dentro para fora, isto é, da produção do conhecimento histórico para o sistema educacional, no qual os objetivos, métodos e, principalmente, etapas de produção do conhecimento escolar serão estabelecidos”. Ainda de acordo com Oliveira, nesse debate, será imprescindível considerar, de um lado, a formação inicial do professor e, de outro, as suas condições de trabalho.⁶

O município de Eunápolis integra o território de identidade da Costa do Descobrimento. Essa região possui um relevante valor simbólico na memória histórica nacional, pois foi o palco dos primeiros contatos oficiais entre os colonizadores portugueses e os nativos ameríndios no ano de 1500, sendo transformada pela historiografia tradicional no berço da nação brasileira. Além disso, a Costa do Descobrimento possui um rico e diversificado conjunto patrimonial, composto por paisagens naturais exuberantes, edificações coloniais barrocas e manifestações culturais tradicionais, que tem possibilitado o desenvolvimento de um dos principais polos turísticos do Brasil e a construção de importantes atividades industriais e comerciais. Ainda que apresente essas características favoráveis, a região possui fortes contrastes socioeconômicos que limitam o desenvolvimento regional e a promoção da pessoa humana.

A Costa do Descobrimento é formada por oito municípios: Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. Esses municípios abrangem uma área total de mais de 12 mil quilômetros quadrados do Extremo Sul da Bahia. Do ponto de vista demográfico, a região possui uma população estimada em 338 mil habitantes, que movimentam menos de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado⁷.

Eunápolis, com apenas 24 anos, o antigo povoado pertencente aos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália teve seu crescimento vinculado às obras de construção da BR 101 no início da década de 1970, que resultaram na instalação da atividade madeireira e

⁶ Oliveira, Margarida M^a Dias de. O Direito ao Passado (uma discussão necessária à formação do profissional de História). Aracaju: Editora UFS, 2011.

⁷ http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa_google. acessado em 10 de junho de 2012.

na formação de um núcleo comercial regional para abastecimento das cidades do litoral. Atualmente, a cidade tem se destacado nos setores agroindústria e comercial, despontando como um dos maiores produtores de eucalipto da Bahia e com o maior PIB da região (437,71 milhões de reais)⁸.

Habitada por mais de 100 mil pessoas, Eunápolis também apresenta marcas de profunda desigualdade social. Apesar de possuir o maior PIB do território de identidade, a cidade tem indicadores socioeconômicos com níveis aquém de suas possibilidades. Para tomar um exemplo, entre os anos de 1991 e 2000, Eunápolis apresentou a menor taxa de crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) na região, conforme tabela abaixo. Além disso, os níveis de rendimento por residência são drásticos, existindo 68% das famílias com renda de até 1 salário mínimo, 26% com renda entre 1 e 3 salários mínimos, 4% com rendimento entre 3 e 5 salários mínimos e apenas 2% com renda superior a 5 salários mínimos (IBGE, 2010). O Município possui hoje 01 Universidade Pública, que oferece 02 cursos de Licenciatura e 01 de Bacharelado. Além de algumas particulares, de modalidades EAD, que certamente acarreta significados relevantes à formação dos professores.

Os indicadores de desenvolvimento dos oito municípios que compõem a Costa do Descobrimento variam entre si, mas todos ocupam pelo menos um índice posicionado após os 100 primeiros do ranking estadual, excetuando-se a cidade de Eunápolis. Destacam-se os casos de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, que no Índice Nível de Educação estão posicionados acima da 300ª posição, bem como os municípios de Belmonte, Itagimirim, Guaratinga e Itapebi que possuem péssimos índices de Qualificação de Mão-de-obra (IQM).

O cenário descrito acima favorece a percepção de resultados que apontam para uma assimetria e descompasso em relação às orientações curriculares e orientações para o Ensino de História e atuação/adequação dos temas direcionados para o mundo do trabalho, bem como às questões relativas à formação de professores. Quando percebemos que nem os

⁸ http://www.al.ba.gov.br/v2/arquivos/PPA_2012_2015_Parte_10.pdf acessado em 10 de junho de 2012.

docentes que atuam nessa modalidade de ensino possuem a formação para trabalhar a partir de eixos temáticos e alunos que, de acordo com a pesquisa não consideram as aulas a partir dos eixos enquanto aulas. Ressaltamos que há um número significativo de professores que atuam na rede estadual de ensino sem ter vínculo efetivo com a rede. Muitos atuam através do Regime Especial de Trabalho (REDA)⁹, e há ainda os que atuam como estagiários do IEL¹⁰. São geralmente alunos dos cursos de graduação a partir do 6º semestre dos cursos de Licenciatura. Em relação aos alunos, percebemos que muitos responderam que sentem dificuldade quando em determinadas aulas o professor explana, conversa e necessariamente não passa “dever”. Pois afirmam que querem conteúdos, cópias no quadro e questões com fato, datas e consequências.

Perceber a importância dos Eixos Temáticos e Áreas de Conhecimento, através da articulação com os saberes e conhecimentos da vida cidadã ainda requer uma luta árdua em direção à escolha das concepções de história e de ensino. Para uma melhor compreensão da situação que ocorre no município de Eunapólis, buscamos informações nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (MEC: 2008), Educação de Jovens e Adultos: Aprendizagem ao Longo da Vida SEC/Ba: 2008.2).

Ressaltamos que o Parecer 11/2000 que é o texto que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e foi aprovado na Câmara de Educação Básica em Maio de 2000, é também um documento importante para se entender os aspectos da escolarização dos jovens e adultos no interior de um campo mais abrangente que é o da Educação de Jovens e Adultos. O texto contém dez itens, a saber, que vai desde a Introdução, Fundamentos, Funções, Bases Legais, Bases Históricas, Formação Docente, As Diretrizes Curriculares de EJA dentre outros. Com um texto teórico, o Parecer estabelece três funções para a EJA: a função reparadora, que se refere ao ingresso no circuito dos direitos civis, pela restauração de um direito negado; a função equalizadora, que propõe garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade, oportunidade, acesso e permanência na

⁹⁹ <http://www.portaldoservidor.ba.gov.br/conteudo/reda> acessado em 13 de novembro de 2012.

¹⁰ <http://www.iel.org.br/portal/> acessado em 13 de novembro 2012.

escola, aos até então desfavorecidos, e por fim, a função qualificadora, que corresponde ao processo de aprendizagens contínuas. No IX e penúltimo item, o Parecer destaca as Diretrizes Curriculares nacionais para a EJA propriamente dita¹¹. Depois de fundamentados nos princípios da EJA, nos oito itens anteriores, podemos então perceber a heterogeneidade do público da EJA, quando sinaliza que muitos alunos têm origens em quadro de desfavorecimento social e em suas respectivas expectativas possuem diferentes pontos de partida, pois a diversidade da escola média é necessária para contemplar as desigualdades. Para conseguir atender a essas necessidades se faz necessário a implementação de projetos políticos pedagógicos que levem em conta a flexibilidade curricular nos horários e tempos que possam contemplar a realidade do trabalho. Ainda sobre esse item, surge uma grande questão que é a formação docente, pois os docentes que atuam na EJA devem ter uma preparação específica, pois além de ter ciência que irão ter contato com trajetórias coletivas de negação de direitos, de exclusão e marginalização, ou seja, encarar a EJA como uma política afirmativa, como um dever específico da sociedade, do Estado, e da docência para com essa dúvida histórica de coletivos sociais concretos¹², também devem trabalhar a realidade do aluno a partir de eixos temáticos. O que percebemos, no entanto, é que esses professores não possuem uma formação específica para trabalhar essa realidade. Existe um material, produzido pela Pró-Reitoria de Extensão-PROEX, onde através do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos-NEJA¹³, portanto, inferimos que o Estado reconhece a necessidade de tal preparação específica para esses profissionais. Mas surge outra questão muito séria, que é a falta de acesso desse material por esses professores. Se for um material produzido com o intuito de discutir, formar e transformar os professores que atuam na educação de Jovens e Adultos, por que esse material não está nas bibliotecas das escolas que possuem tal

¹¹ <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf> acessado dia 10 de junho de 2012.

¹² ARROYO, Miguel G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *IN: BAHIA*. Secretaria da Educação. *EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Aprendizagem ao Longo da Vida*. Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica. Governo da Bahia, 2008.2.

¹³ A Universidade do Estado da Bahia/UNEB produziu o material: Educação de Jovens e Adultos: Aprendizagem ao Longo da Vida

modalidade? Certamente que há uma necessidade de democratização do material, de discussão do mesmo. Foi laborado por uma universidade pública, reafirma o conhecimento que o poder público tem da necessidade dessa formação, mas o descumprimento de tal política pública é um fato.

Analisando os dados obtidos através do questionário sobre o percurso formativo, percebemos que ao responder como aplicam os conhecimentos estudados nos espaços da família, do trabalho e da comunidade, os alunos responderam enfatizando a importância da comunidade, da convivência, do respeito, bem como de viver em família. Essas respostas nos levam a inferir que esses alunos se sentem sujeitos históricos, ativos em seu processo cotidiano. Mesmo que não saibam teorizar/problematizar sobre os temas/conceitos discutidos e apresentados em sala de aula, eles estão ali, representados no dia desses alunos. Mas nota-se que são valores amplos e sem muita aplicabilidade no cotidiano. Outra questão de grande relevância esta presente no quesito dos aspectos sócio-formativos, nenhum deles assinala que a convivência com base no respeito às diferenças, esta concluída, mas em fase de construção. Isso se deve à grande diversidade presente nas salas de aula, faixa etária.

Outro dado importante a destacar refere-se à pergunta sobre o que o aluno aprendeu durante o bimestre, reforçando a ideia de que o próprio aluno se torna responsável pela sua aprendizagem, em detrimento das circunstâncias em que ocorreu esse processo. Todos apontam situações pontuais vivenciadas em sala de aula, em determinadas disciplinas. Citam exemplos soltos, sem problematizações acerca das atividades desenvolvidas, todas relacionadas a um determinado eixo temático, e mesmo a um tema gerador. Podemos perceber que em consonância ao planejamento coletivo e elaborado a cada bimestre tem um item específico acerca das situações desejadas, e também dos conhecimentos específicos de cada área. Facilitando assim uma harmonia entre as disciplinas.

Vale ressaltar que a Matriz Curricular 3º tempo formativo corresponde ao Ensino Médio e por Eixos Temáticos e Áreas de Conhecimento contemplando uma Base Nacional Comum, e uma parte diversificada articulados com os saberes e conhecimento da vida cidadã.

A Proposta Curricular está estruturada por Tempos Formativos, assim organizados:

1º Tempo: Aprender a Ser, contendo 03 Eixos Temáticos, com 01 ano de duração cada um (Identidade e Cultura; Cidadania e Trabalho; Saúde e Meio Ambiente);

2º Tempo: Aprender a Conviver, contendo 02 Eixos temáticos, com 01 ano de duração cada um (Trabalho e Sociedade; Meio Ambiente e Movimentos Sociais);

3º Tempo: Aprender a Fazer, contendo 02 Eixos Temáticos, com 01 ano de duração cada um (Globalização, Cultura e conhecimento; Economia Solidária e Empreendedorismo).

Além dessa divisão por tempos Formativos, há os Eixos. O Eixo escolhido para o estudo em questão é o Eixo VI, que corresponde ao 1º e 2º Ano de Ensino Médio, onde há o entendimento pelos professores e alunos, mesmo que não haja nada escrito acerca essa divisão, que no primeiro semestre, os conteúdos devem corresponder ao do 1º ano e o segundo semestre corresponde aos conteúdos do 2º ano. Lembrando que esse Eixo é destinado às disciplinas relacionadas às Ciências Humanas e suas Tecnologias. A saber: História, Sociologia, Filosofia, Geografia, e Artes Laborais. Já no Eixo VII, 3º Ano do Ensino Médio, os alunos só terão aulas das disciplinas Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. De acordo com os professores entrevistados, essa divisão provoca uma grande lacuna na formação dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista que há uma aceleração dos conteúdos, e que alguns conteúdos eles não tem acesso e não vão ter em outro momento. Uma situação que causa grande desconforto nos professores é a dificuldade em selecionar os conteúdos para cada unidade, bem como escolher qual é o mais importante. Há também a dificuldade maior em trabalhar esses conteúdos a partir dos eixos temáticos apresentados anteriormente, e que chegam para os professores sem nenhuma discussão sobre as escolhas dos mesmos. Logo na semana pedagógica¹⁴, o professor destinado a trabalhar com a modalidade educação de Jovens e Adultos recebe a matriz curricular e deve sentar com os outros professores também selecionados para tal modalidade e pensar atividades, metodologia. Dentre as exigências há também a escolha do tema gerador, dos objetivos para

¹⁴ A rede pública de Ensino (Estadual e Municipal) separa uma semana para realizar a semana pedagógica, onde são definidos as turmas e horários dos professores. Onde também acontece o planejamento.

cada atividade, e também os saberes necessários para cada bimestre. Esses saberes necessários estão elencados nos Diários de Classe da Educação de Jovens e Adultos. E necessariamente estão relacionados aos conhecimentos da área. Acontece que mesmo esses saberes já vêm prontos. É só selecionar e colocar no local específico do plano de curso. Essa “imposição” causa certa resistência nos professores no tocante a sua autonomia em relação à sua disciplina. Ainda sobre o plano anula ou bimestral, os professores devem registrar o tema e subtema que esta sendo estudado na unidade letiva escolhido coletivamente por todos, que pertencem a modalidade EJA. É preciso definir também coletivamente, no máximo dois aspectos cognitivo e sócio formativos para serem trabalhados durante a unidade letiva, através do estudo das aulas diárias das diversas disciplinas. Vale destacar que tais aspectos encontram-se elencados também no Diário de Classe da Educação de Jovens e Adultos.

Ainda no tocante ao Plano, os professores a cada unidade letiva deverá selecionar a Aprendizagem Desejada para a disciplina que leciona, isto é, determinar a intenção pela qual professor/aluno estão ensinando/estudando a referida disciplina. Todas essas aprendizagens também já estão elencadas no Diário de Classe. Ou seja, os professores relatam que eles se sentem apenas cumpridores de papel, tendo em vista que encontram “tudo pronto”. Mas essa “facilidade” afasta os professores para tal modalidade, tendo em vista que eles precisam anotar todo o percurso formativo do aluno, a cada aula. Pois o Diário propõe essa sistemática. E ai, aparece outro dado, que esta relacionada à dinâmica de encontro/reuniões desses professores. Eles precisam preencher o Diário, que é único para todos os professores, mas individual para cada classe, todos os dias, informar não só o percurso do aluno, como também planejar as aulas a cada semana. Como é difícil essa operacionalização, os professores das referidas escolas combinaram de se reunir a cada quinze dias, não só para preencher dados, como também planejar aulas e atividades. Acontece que muitas vezes os gestores da Unidade de Ensino não entendem a necessidade disso, uma vez que nas reuniões os alunos são mandados embora. Ora, recomendação inicial dos gestores e coordenadores (quando e onde há), é que os alunos realizem atividades nesses momentos, em casa ou na própria Unidade de Ensino. Só que essa cultura ainda esta muito distante da nossa realidade. O ideal, de acordo com os entrevistados, é que os alunos permaneçam nas bibliotecas, lendo, discutindo, dentre

outras atividades. Mas embarramos em outro problema, que a falta de espaço, de acessibilidade às bibliotecas e também de pessoas para orientar/assistirem esse aluno nesses momentos de encontro entre professores. Algumas afirmações feitas pelos professores demonstram explicitamente, que há um descompasso muito grande em relação ao entendimento de que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade que requer não só uma preparação especial por parte dos professores que atuam em tal modalidade, como também por parte das gestões as Unidades de Ensino que aceitam trabalhar com a EJA, tendo em vista que a falta de entendimentos das partes prejudica e muito o andamento dos trabalhos. E esse descompasso se reflete principalmente no processo ensino-aprendizagem, que fica mutilado e sem a qualidade devida, incompleto e parcial e sem diferenças em relação às outras modalidades de ensino. Identificamos mesmo algumas contradições, principalmente no tocante a um de seus princípios básicos da EJA é a Educação Popular, que de acordo com Carlos Rodrigues Brandão, apud MACHADO (2008. pp.44)¹⁵, “...a educação popular pretende associar o ser a pessoas do povo, a uma educação que pergunta a essas pessoas quem são elas. Ou seja, uma educação aberta para ouvir o que elas têm a dizer sobre como desejam ser; em qual mundo querem viver; em qual mundo da vida social estão dispostas a serem preparadas para preservar, criar e transformar”.

Essa pesquisa encontra-se em andamento, e o que apresentamos por ora é um resultados parcial, que sinaliza que realmente há um descompasso entre o que deve ser a Educação de Jovens e Adultos e o que ela realmente consegue ser. Outro elemento que gostaria de destacar é que a formação do professor que trabalha na EJA é de fundamental importância. E não só, ainda não conseguimos visualizar um material específico para cada disciplina. Pois não podemos perder de vista que o enfoque maior da pesquisa, que esta sendo realizada é perceber o Ensino de História, e que ainda não foi percebido. E não só, não conseguimos visualizar o material para Educação de Jovens e Adultos preparada por professores de História. Onde

¹⁵ No texto de Margarida M. Machado- A educação popular e a educação de jovens e adultos: antes e agora, a autora se reporta a Brandão para discutir Educação popular. In: Bahia: Secretária de Educação. Educação de Jovens e Adultos: Aprendizagem ao Longo da Vida. Bahia, 2008.2

possamos perceber o enfoque, a concepção e também a abordagem. Pois o módulo disponível que temos, intitulado: Educação de Jovens e Adultos: Aprendizagem ao Longo da vida versa sobre várias questões que variam dos Princípios e Eixos da Educação Baiana até a Cultura da Repetência em debate, mas não especifica nem traz reflexões acerca do Ensino, das questões curriculares, dentre. Principalmente o ensino de História, que é o foco da pesquisa.

Lembramos que outra dificuldade apontada tanto pelos professores quanto pelos alunos refere-se à avaliação. Pois de acordo com as orientações, o aluno não faz uma avaliação apenas, ele é avaliado continuamente, em todas as aulas e por todos os professores, que a cada quinze dias, (negociáveis com o gestor), se reúnem e além de preparar aula e atividades, e também preencher o Diário, esse encontro também se constitui num Conselho de Classe, onde cada professor apresenta os resultados de seus alunos em sua disciplina. Muitos não conseguem preparar atividades que consideram avaliativas e se frustra. Outros se irritam em perceber que alguns alunos rendem em determinadas disciplinas e se sentem culpados.

Por outro lado, os alunos dizem sentir-se desmotivados por não fazer “prova”, avaliações regulares e muitos deixam as atividades sem fazer. Essas e outras questões, relacionadas à frequência, por exemplo, ainda vão entrar em pauta na pesquisa, mas por enquanto ainda há um longo caminho a percorrer em relação à Educação de Jovens e Adultos, no Município de Eunápolis, bem com para perceber os diálogos e acima de tudo apontar possibilidades.

Por conta disso, percebemos que a formação dos professores ainda continua muita prisioneira dos modelos tradicionais da educação, de modelos teóricos muito formais. E muito ainda tem ser modificada para dar conta das demandas e modalidades de ensino.

Mas é bom ressaltar que as reflexões acima fazem parte de uma pesquisa, que se encontra em andamento, para tentarmos conhecer e compreender o ensino de História na Educação de jovens e Adultos em Eunápolis.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Marcelo. A OFICINA DA HISTÓRIA ESCOLAR: INVESTIGAÇÃO, AUTORIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA **Anais Eletrônicos do IX Encontro**

Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História 18, 19 e 20 de abril de 2011. Florianópolis/SC.

ABUD, Kátia Maria. Tempo e Realidade: Sujeitos Históricos e Concepções e escola na Escola Básica. In: OLIVEIRA, M. Maria e CAINELLI, Marlene (orgs). **ENSINO DE HISTÓRIA: Múltiplos Ensinos Em Múltiplos Espaços**. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

Atlas da Pobreza no Brasil (2000).

BEZERRA, Holien G. “Conceitos Básicos, Ensino de história: Conteúdos e Conceitos Básicos”. In: **Historia na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. Org. KARNAL, Leandro. São Paulo: Contexto, 2010. pp. 37-48.

BITTENCOURT, C. **Ensino de história: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

CAIMI, Flavia Eloísa. **Aprendendo a ser professora de História**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo: Rio grande do Sul, 2008.

CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS/Secretária de Educação Básica. Brasília, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Médio. **COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS PARA A LICENCIATURA**. In: **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de História**. Brasília. MEC/.INEP Parecer CNE/CSE 492/2001

BAHIA. Secretaria da Educação. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Aprendizagem ao Longo da Vida**. Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica. Governo da Bahia, 2008.2.

LEAL, Fernanda de M. **EDUCAÇÃO HISTÓRICA E AS CONTRIBUIÇÕES DE JÖRN RÜSEN**. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011**.

MONTEIRO, A.M.F.C. **Ensino de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

MOREIRA, A.F.B. e SILVA, T.T. da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.¹

OLIVEIRA, Margarida M^a Dias de. **O Direito ao Passado** (uma discussão necessária à formação do profissional de História). Aracaju: Editora UFS, 2011.

PINSKY, Carla B. **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2009.

RAGO, Margareth. *O Historiador e o Tempo*. In. **ROSSI**, Vera Sabongi e **ZAMBONI**, Ernesta (orgs) **Quanto tempo o tempo tem**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

REIS, José Carlos. *O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e nos Annales: uma articulação possível*. In:_____. **História e teoria**. Rio de Janeiro: Editora da FVG, 2005. p. 179 - 206.

SILVA, Marcos A. (org). **Repensando o ensino de história**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1993.

SOARES, Leôncio, J. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP& A, 2002.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ